

# ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

N.º 145

Periodicidade Bimestral  
NOVEMBRO/DEZEMBRO  
2021 · 2,75€



## PEPAC PODE ACENTUAR VULNERABILIDADE DA SOBERANIA ALIMENTAR

### DESTAQUE

CONSELHO GERAL DA CONFAGRI  
ANALISA PEPAC

### DESTAQUE

BAGAÇO DE AZEITONA CONDICIONA  
CAMPANHA RECORDE DE PRODUÇÃO DE AZEITE

### DIVULGAÇÃO

O MERCADO DO VINHO PORTUGUÊS  
EM 2020/2021

### ATUALIDADE

NOVAS INICIATIVAS DO PACTO  
ECOLÓGICO E SUAS ESTRATÉGIAS

DESCARREGUE A VERSÃO  
PARCIAL DA REVISTA





# APRECIE SABOREIE DEGUSTE COM MODERAÇÃO



Seja responsável, beba com moderação

[www.fenadegasvinhocommoderacao.pt](http://www.fenadegasvinhocommoderacao.pt)

# AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

## NO MESMO MINISTÉRIO



Manuel dos Santos Gomes  
Presidente da CONFAGRI

**A** CONFAGRI considera necessário e oportuno que no nosso país seja reforçada a ligação entre a política agrícola e a política de alimentação, através da sua integração no mesmo Ministério. Será importante para os consumidores nacionais perceberem e valorizarem a importância do sector agrícola e agroalimentar nacional, enquanto fornecedor de bens alimentares de qualidade, de proximidade e seguros. Será importante para os produtores nacionais, poderem corresponder cada vez melhor às exigências alimentares e nutricionais da população portuguesa.

Será uma mais-valia para o país, desenvolver e articular de modo mais eficiente, estratégias produtivas e políticas alimentares, diminuindo o desequilíbrio da sua balança agroalimentar e contribuindo para a descarbonização da economia, designadamente por via da diminuição das emissões

poluentes associadas aos transportes. Também no plano da ciência e inovação, faz todo o sentido reforçar a partilha do conhecimento e da investigação científica relativa às práticas agronómicas e da indústria agroalimentar, com o conhecimento e a investigação na área da nutrição.

A abordagem europeia "Do Prado ao Prato" reforça também a vantagem desta articulação.

Em muitos Estados-membros, temos já reunidas num mesmo Ministério,

as áreas da Agricultura e da Alimentação, veja-se os casos de Espanha (*Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación*), de França (*Ministère de l'Agriculture et de l'Alimentation*), de Itália (*Ministero delle Politiche Agricole Alimentari e Forestali*) e Alemanha (Ministério da Alimentação e Agricultura). Assim, desde já, aqui deixamos esta proposta para o novo Governo, cientes que a mesma contribuirá para o reforço do sector produtivo alimentar em Portugal. ●

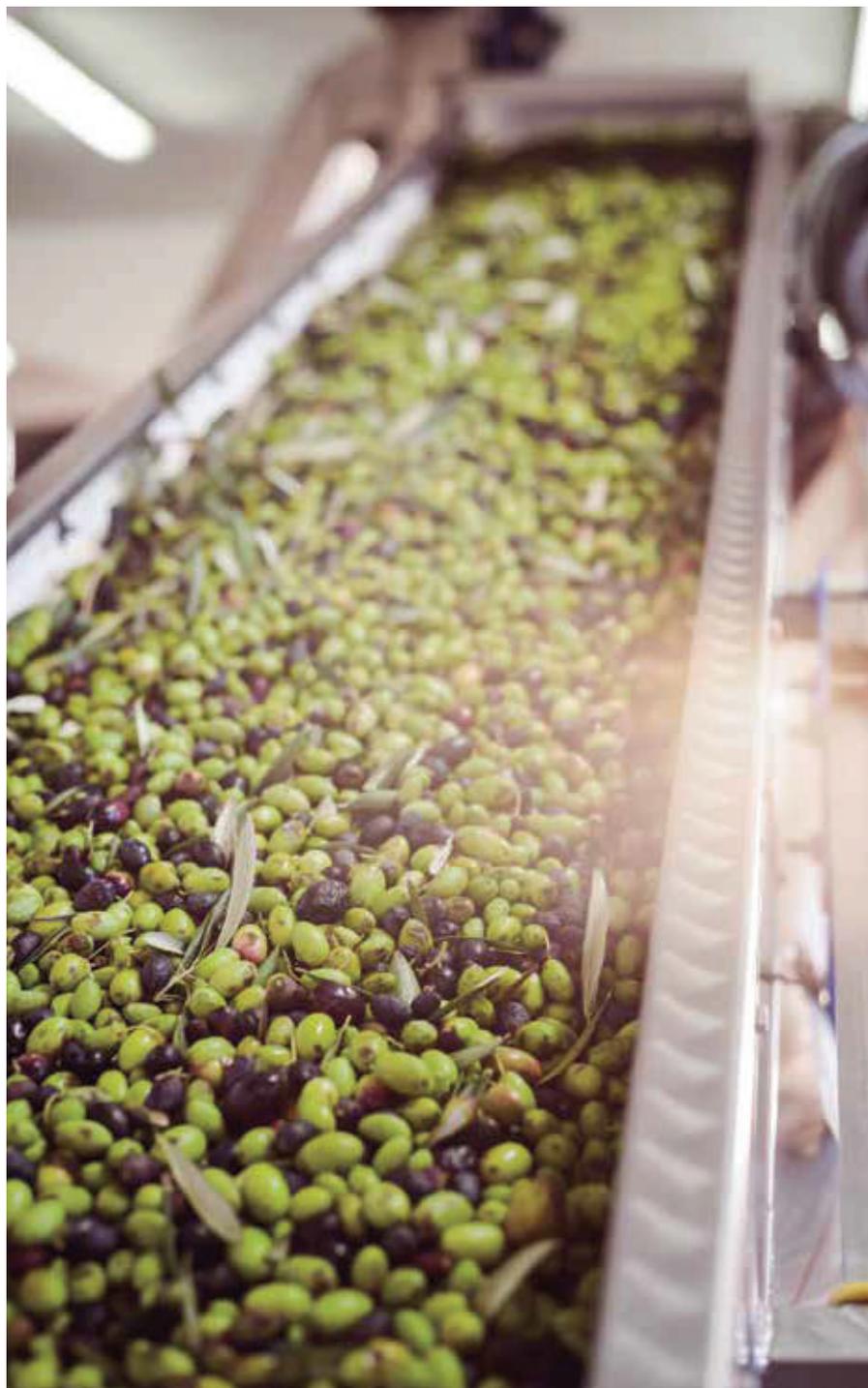
Será uma mais-valia para o país, desenvolver e articular de modo mais eficiente, estratégias produtivas e políticas alimentares, diminuindo o desequilíbrio da sua balança agroalimentar e contribuindo para a descarbonização da economia, designadamente por via da diminuição das emissões poluentes associadas aos transportes.

## BAGAÇO DE AZEITONA CONDICIONA CAMPANHA RECORDE DE PRODUÇÃO DE AZEITE

TEXTO

PATRÍCIA FALCÃO DUARTE

**i** FENAZEITES



A próxima campanha de produção de azeite será a maior campanha de sempre em Portugal, prevendo-se uma produção de 170 a 180 mil toneladas de azeite, batendo-se o anterior recorde situado nas 140,5 mil toneladas, alcançado na campanha 2019/2020. Portugal tem uma larga tradição na produção de azeite e existe olival disseminado de Norte a Sul do País.

Até aos anos sessenta, Portugal tinha cerca de 570.000 hectares de olival e produzia cerca de 100.000 toneladas de azeite por ano. Nos anos sessenta, surgiu a moda dos óleos vegetais e o êxodo rural e a área de olival diminuiu para cerca de 350.000 hectares, tendo a produção caído para uma média de 30.000 toneladas anuais, que se manteve até ao princípio do Sec.XXI.

Nos últimos 15 anos plantaram-se e reconverteram-se dezenas de milhares de hectares de novos olivais, com variedades mais produtivas, compassos mais apertados e de regadio, e Portugal passou de uma produção média de 30.000 toneladas anuais para as 170-180.000 toneladas que se perspetivam para esta campanha.

Essas plantações foram efetuadas maioritariamente na zona de intervenção do perímetro de rega do Alqueva.

Os novos olivais têm vindo a entrar progressivamente em produção e a aumentar as suas produtividades, e nesta campanha existem áreas que chegaram a atingir 24.000 quilos de azeitona por hectare.

Esta campanha é uma campanha de safra e os olivais tradicionais, que são afetados pela alternância de safra e contra-safra, apresentam a produção mais elevada dos últimos anos.

A nível climatérico, as condições foram excelentes na altura do vingamento dos frutos o que contribuiu para o aumento da produção. As condições climatéricas favoráveis ao desenvolvimento da cultura também contribuíram para o minimizar de pragas e doenças. Paralelamente, assistimos a um aumento do profissionalismo dos olivicultores que efetuam as operações culturais e os tratamentos nas alturas adequadas. A última campanha de safra foi a campanha

de 2019/2020 onde se produziram 140, 5 mil toneladas de azeite, o máximo histórico até à campanha atual.

Esta campanha vai ser maior e um teste à capacidade do sector olivícola para gerir esta produção.

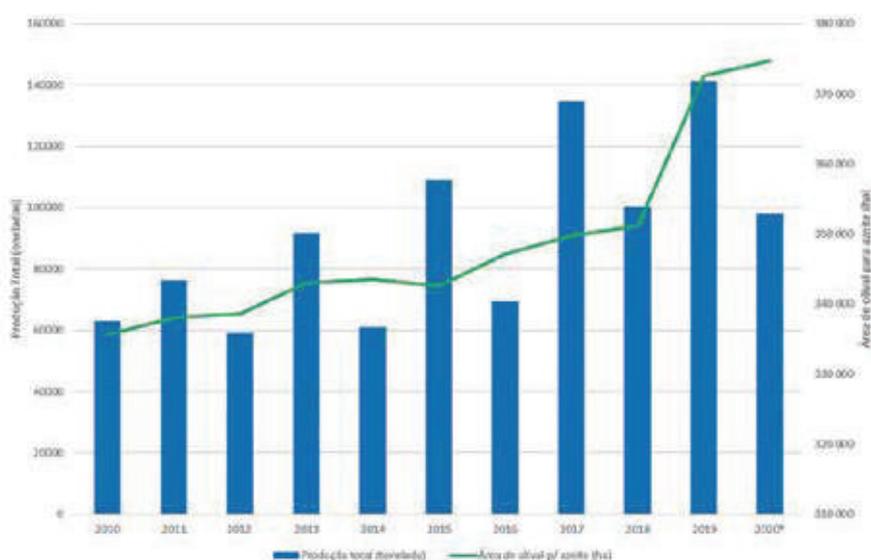
A apanha da azeitona teve início em outubro e, no Alentejo e na Região Centro, os olivicultores tentam efetuar a apanha o mais rapidamente possível para evitar eventuais contratempos climáticos que prejudiquem esta super campanha.

A pandemia COVID-19 e as restrições de circulação entre os diferentes países paralisou o circuito migratório da mão-de-obra, o que está a provocar problemas no sector e existindo inclusive olivais onde não vai ser possível apanhar a totalidade das azeitonas. A velocidade da apanha está a condicionar a laboração dos lagares que não conseguem dar resposta ao volume de azeitona que recebem. Existem lagares a encerrar um ou dois dias por semana para poderem terminar de laborar a matéria-prima já recebida. Esse facto beneficia a qualidade do azeite porque a azeitona diminui o tempo de espera no lagar.

No entanto, o facto dos olivicultores não apanharem a azeitona nos dias em que os lagares estiverem encerrados pode



**GRÁFICO 1** Evolução da Área e da Produção de Azeite



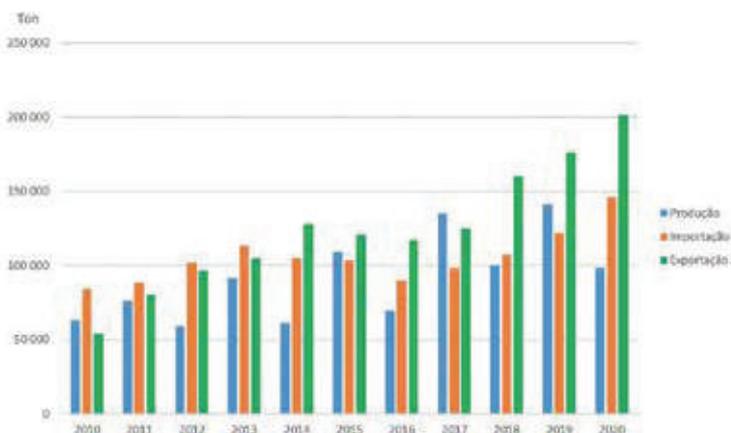
Fonte: Global Agrimar (adaptado)

originar problemas com a mão-de-obra contratada e o aluguer das máquinas de apanha que correm o risco de não estarem disponíveis numa data posterior. Paralelamente, existe uma pressão sobre os lagares com pouca capacidade de armazenamento para que vendam o azeite a preços menos favoráveis de modo a libertarem espaço.

O aumento de produção também se faz sentir nas unidades extratoras, cuja capacidade para armazenar e transformar a totalidade do bagaço recebido é insuficiente perante este aumento de produção. As três maiores extratoras do Alentejo têm uma capacidade conjunta de processar anualmente 600.000 t e este ano, a expectativa é que existam 800.000-900.000 t de bagaço, o que obrigou as unidades extratoras a pararem, condicionando toda a fileira a montante, com incalculáveis prejuízos económicos.

O sector previa este facto, que já correu o risco de acontecer há 2 anos, e existiram

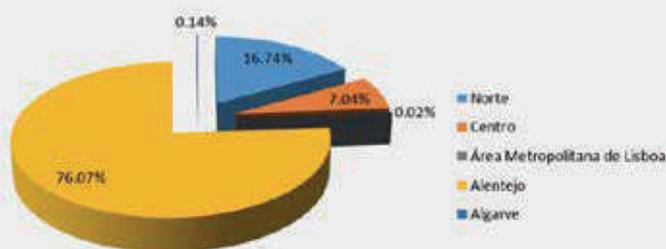
**GRÁFICO 2** Azeite – Produção, Exportação e Importação



Fonte: GlobalAgrimar

A situação atual dos lagares e unidades extratoras vem evidenciar a necessidade de investimento a jusante da produção sob pena de estrangular o desenvolvimento do sector.

**GRÁFICO 3** Distribuição nacional da produção de azeite 2020



Fonte: INE

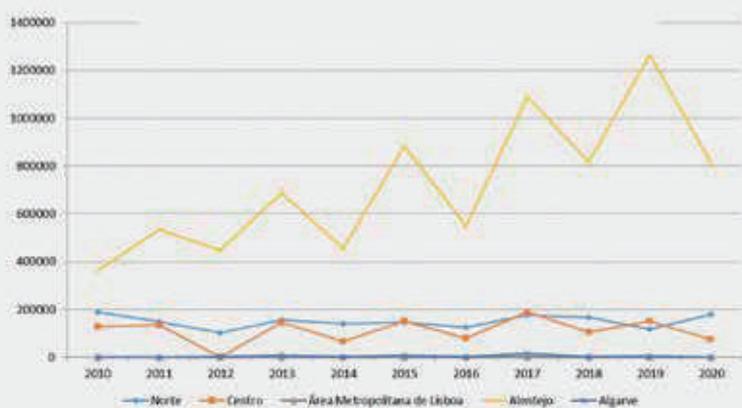
pedidos de licenciamento de novas unidades extratoras que não foram aprovados por questões ambientais.

A evolução no sector olivícola nacional não se restringiu à plantação de novos olivais. Existiu também uma aposta na melhoria da capacidade de transformação. Em 2010 existiam 539 lagares e em 2020 este número tinha diminuído para 461 lagares. Os lagares existentes são ambientalmente sustentáveis e aumentaram e melhoraram as suas capacidades de laboração para poderem responder ao aumento de produção.

No entanto, continua a existir a necessidade de investir na capacidade de laboração e de armazenamento e a Medida 3.3.1. Investimento, transformação e comercialização de produtos agrícolas do PDR2020 esteve sem incluir o sector do Azeite desde 2018.

O consumo em Portugal e à semelhança dos restantes países produtores europeus estava estagnado há vários anos, mas aumentou durante o confinamento derivado da pandemia COVID-19, que conduziu a uma maior preocupação com a saúde e com a procura de uma alimentação mais saudável. Portugal tem uma vocação exportadora (terceiro maior exportador europeu e quarto maior exportador mundial) nomeadamente para o Brasil, onde é o principal fornecedor. Em 2020 exportou 74.093 toneladas para o Brasil e 76.244 para Espanha (com os valores respetivamente de 253.483 e 170.991 milhões de euros). Todos os anos as nossas exportações aumentam e o volume de negócios excedeu os 560 milhões de euros em 2020, por comparação com os 80 milhões de euros de 2005.

**GRÁFICO 4** Evolução da produção de azeite em Portugal



Fonte: INE



## O MERCADO DO VINHO PORTUGUÊS EM 2020/2021

Tal como na maioria dos sectores, o impacto da pandemia devido à Covid-19 no sector do vinho foi grande, com quebras de consumo importantes, principalmente devido ao encerramento do canal HORECA (hotéis, restauração, cafés) e à quebra acentuada do turismo. No entanto, e apesar de ter sido necessário implementar medidas excepcionais apoiadas pelo Plano Nacional do Sector Vitivinícola - OCM, o sector conseguiu no final de 2020 e primeiro trimestre de 2021, recuperar a sua quota de mercado, continuando com crescimento em termos do mercado internacional.

TEXTO

TERESA MATA

 FENADEGAS

**E**m termos qualitativos, o sector continua a apresentar crescimentos dos vinhos certificados (DOP – Denominação de Origem Protegida e IGP – Identificação Geográfica Protegida), quer em volume de certificação, quer em vendas nos principais canais. Tal como afirmou Frederico Falcão por ocasião do 25º aniversário da VINIPORTUGAL - Organização Interprofissional do Vinho em Portugal – “Naturalmente vemos uma imagem de Portugal e do sector vitivinícola português muito díspar de 1996. Nesse ano, o mundo desco-

nhecia a qualidade dos nossos vinhos e muitos mercados nem sabiam onde ficava Portugal no mapa. Hoje entram estrangeiros diariamente no nosso país com o intuito de provarem os nossos vinhos, temos turistas que andam nas vindimas e outros que se apaixonaram pelos nossos vinhos e que acabaram por se instalar cá e investir neste sector. É uma enorme satisfação ver que em poucos anos conquistámos o mundo,

porque não é em vão que ocupamos atualmente o 9º lugar da lista do Comércio Internacional de Vinho. É curioso assinalarmos esta data depois de um ano tão controverso, que embora tenha destabilizado a economia e o comércio mundial, acabou por não afetar negativamente as exportações do vinho português como chegámos a temer, o que é, na nossa opinião uma prova clara da posição que já conseguimos alcançar

e consolidar, fruto do enorme contributo destes 25 anos de promoção feito pela ViniPortugal, sempre em parceria com o sector".

Importa destacar que em 2020 Portugal registou 856 milhões de euros de exportação de vinho, correspondendo em volume a cerca de 47% da produção (tendo a produção registado 6,4 milhões de hl de vinho só no ano passado).

Em termos de produção, no ano 2021 e segundo as estatísticas apresentadas pela OIV (Organização Internacional da Vinha e do Vinho), é esperado um volume de produção mundial de vinho extremamente baixo, em um nível semelhante ao de 2017. Isto devido a baixo volume de produção previsto na UE, especialmente em Itália, em Espanha e em França, que juntos perderam cerca de 22 milhões hl em relação a 2020 (cerca de menos 13%) devido em geral a condições climáticas desfavoráveis. Os únicos grandes países produtores de vinho da UE que registaram colheitas superiores a 2020 são Alemanha, Portugal, Roménia e Hungria, ocupando Portugal o 5º lugar nos 27.

As previsões de colheita nos EUA indicam volumes de produção ligeiramente acima de 2020.

Ano muito positivo no hemisfério sul, onde as condições climáticas relativamente favoráveis levaram a níveis recordes de produção em países da América do Sul, África do Sul e Austrália, sendo a Nova Zelândia a única exceção.

Em Portugal, no que respeita ao comércio internacional de vinho (janeiro a setembro 2021), foram exportados 244 milhões de litros de vinho, num valor de 669 milhões de euros. Em relação ao mesmo período do ano anterior representa um aumento em volume de 6,7%, em valor de 11,7% e preço médio de 4,7%.

A exportação do vinho certificado (vinho com DO e IG) registou um aumento em volume, em valor e um crescimento no preço médio. Verifica-se um ligeiro aumento do seu peso em relação aos outros vinhos. Constata-se a importância do Vinho do Porto quer em volume e valor mas principalmente em valor.

### QUADRO 1 EXPORTAÇÕES DE VINHO PORTUGAL Jan-Set 2021 vs 2020

ANOS	2020	2021	%
VOLUME (milhões l)	228	244	6,7%
VALOR (€)	599	669	11,7%
PREÇO (€/litro)	3	3	4,7%

Fonte: IVV/INE

### QUADRO 2 EXPORTAÇÕES TIPO POR PRODUTO Jan-Set 2021 vs 2020

		2020	Peso %	2021	Peso %
VOLUME (milhões l)	DOP e IGP	100	43,9	109	44,6
	Vinho [ex-Mesa]	81	35,6	83	34,2
	Vinho do Porto	39	17,3	44	18,2
	Vinho Espumante/Espumosos	1,6	0,7	1,3	0,6
VALOR (€)	DOP e IGP	273	45,6	302	45,2
	Vinho [ex-Mesa]	111	18,6	112	16,7
	Vinho do Porto	190	31,8	227	33,9
	Vinho Espumante/Espumosos	7	1,2	7	1,1
PREÇO (€/litro)	DOP e IGP	2,7		2,8	
	Vinho [ex-Mesa]	1,4	-	1,3	-
	Vinho do Porto	4,8		5,1	
	Vinho Espumante/Espumosos	4,6		5,3	

Fonte: IVV/INE

### QUADRO 3 TOP 5 MERCADOS DE DESTINO DE EXPORTAÇÃO/EXPEDIÇÃO Jan-Set 2021

	Volume (milhões l)	Valor €	Preço (€/l)
FRANÇA	32	84	2,63
EUA	22	83	3,77
REINO UNIDO	18	60	3,33
BRASIL	20	55	2,75
ALEMANHA	17	40	2,35

Fonte: IVV/INE



**QUADRO 4** MERCADO DE VINHOS TRANQUILOS EM PORTUGAL  
VENDAS Jan-Set 2021 vs 2020

DISTRIBUIÇÃO + RESTAURAÇÃO				Peso nas vendas
VOLUME (litros)	-2,5%	DOP e IGP	1,4%	45,9%
		Vinho [ex-Mesa]	-5,6%	54,1%
VALOR (€)	-5,1%	DOP e IGP	-1,0%	68,2%
		Vinho [ex-Mesa]	-13,0%	31,8%
PREÇO (€/litro)	-2,7%	DOP e IGP	-2,3%	
		Vinho [ex-Mesa]	-7,9%	
DISTRIBUIÇÃO				Peso nas vendas
VOLUME (litros)	3,3%	DOP e IGP	6,1%	47,2%
		Vinho [ex-Mesa]	0,9%	52,8%
VALOR (€)	8,6%	DOP e IGP	11,8%	71,7%
		Vinho [ex-Mesa]	1,4%	28,3%
PREÇO (€/litro)	5,2%	DOP e IGP	5,3%	
		Vinho [ex-Mesa]	0,5%	
RESTAURAÇÃO				Peso nas vendas
VOLUME (litros)	-26,5%	DOP e IGP	-23,3%	38,1%
		Vinho [ex-Mesa]	-28,3%	61,9%
VALOR (€)	-25,8%	DOP e IGP	-23,6%	60,5%
		Vinho [ex-Mesa]	-28,9%	39,5%
PREÇO (€/litro)	1,0%	DOP e IGP	-0,4%	
		Vinho [ex-Mesa]	-0,8%	

Fonte: IVV Fórum Anual Vinhos de Portugal nov 2021

**QUADRO 5** MERCADO DE VINHOS TRANQUILOS EM PORTUGAL  
Comercialização por cor em % (período homólogo Jan-Set)

ANOS		2019	2020	2021
VOLUME (litros)	VINHO TINTO	58,40	58,80	57,90
	VINHO BRANCO	38,50	37,70	38,10
	VINHO ROSÉ	3,10	3,50	3,90
VALOR (€)	VINHO TINTO	56,30	57,00	56,70
	VINHO BRANCO	40,10	39,00	38,70
	VINHO ROSÉ	3,50	4,00	4,60

Fonte: IVV Fórum Anual Vinhos de Portugal nov 2021

Espumantes e espumosos com um preço médio elevado quando comparado com os outros tipos de vinhos.

O TOP 5 dos mercados de destino da exportação de vinho nacional são França, EUA, Reino Unido, Brasil e Alemanha, que representam 44,9% em volume e 48,2% do valor exportado (em valor no período janeiro a agosto).

O mercado francês que no período em causa volta a liderar esta tabela apresenta um acréscimo em volume (+6,2%) e em valor (+8,9%) que se traduz num acréscimo do preço médio de +2,6%. Os Estados Unidos ocupam o 2.º lugar da tabela, apresentando crescimentos em volume (+11,9%), valor (+17,7%) e preço médio (+5,2%).

Reino Unido ocupa o 3.º lugar, com crescimentos em volume (0,8%), valor (9,4%) e preço médio (8,5%).

As exportações para o Brasil apesar do bom desempenho em volume (+29,4%) e valor (+26,8%) registam uma quebra no preço médio de -2% o que pode ser justificado pelo crescimento da exportação de vinho (ex-mesa) na ordem dos +38% em volume e 29% em valor, o que se traduz numa quebra do preço médio de 11,5%.

A Alemanha apresenta crescimentos em volume (13,3%), em valor (15,5%) e preço médio (2,0%).

No mercado nacional, tal com já foi referido, estamos a recuperar das perdas verificadas no ano 2020 e início de 2021, embora na restauração ainda se faça sentir, em muito, o efeito da pandemia.

Salientar a grande quebra em volume e valor na Restauração em todo o tipo de vinhos, o que faz com que em termos globais (distribuição mais restauração) haja quebras significativas o que indica que o sector ainda não recuperou da situação provocada pela conjuntura pandémica.

O Vinho não certificado em termos de volume apresenta sempre a maior quota de mercado, embora em termos de valor

**QUADRO 6** MERCADO DE VINHOS TRANQUILOS EM PORTUGAL POR REGIÃO  
Vinho Certificado - Quota de Mercado (Jan-Set 2021)

	% Volume
ALENTEJO	31,1
VINHOS VERDES	20,6
DOURO	16,0
TEJO	11,0
PENINSULA DE SETÚBAL	7,6
TERRAS DO DÃO	6,0
LISBOA	3,4
BEIRA INTERIOR	2,4
TRÁS-OS-MONTES	-
ALGARVE	-
BEIRA ATLÂNTICO	-
TERRAS DE CISTER	-

	% Valor
ALENTEJO	35,1
DOURO	24,4
VINHOS VERDES	17,0
PENINSULA DE SETÚBAL	6,8
TEJO	5,3
TERRAS DO DÃO	4,2
LISBOA	3,6
BEIRA INTERIOR	1,7
ALGARVE	-
TRÁS- OS-MONTES	-
BEIRA ATLÂNTICO	-
TERRAS DE CISTER	-

Fonte: IVV Fórum Anual Vinhos de Portugal nov 2021

ocupa o 4º lugar em volume e 5º em valor. Trás-os-Montes, Algarve, Beira Atlântico e Terras de Cister não apresentam valores significativos, representam todas elas apenas cerca de 2% em volume e valor. Como se pode constatar pelos dados apresentados anteriormente, o sector do Vinho em Portugal em 2021 e apesar de crise devida à pandemia de Covid-19 que teve forte impacto nas vendas de vinho, conseguiu manter e até aumentar os seus níveis de exportação. Em relação ao mercado nacional o canal da Restauração apresentou grandes quebras de vendas até setembro de 2021, embora se verificando que há uma ligeira recuperação.

Façamos votos que o ano de 2022 seja um ano de recuperação quase total, embora, para além da pandemia existem outras ameaças que poderão a médio prazo condicionar o equilíbrio do sector. ●

o vinho certificado represente sempre o maior peso, o que nos indica que este tipo de vinho tem uma mais-valia.

No quadro 5 constata-se o peso do Vinho tinto quer em volume quer em valor. O Vinho Branco apresenta um

equilíbrio quer em volume quer em valor. O Vinho Rosé apresenta algum crescimento de 2019 a 2021.

A região do Alentejo continua em 2021 a ser líder de mercado em volume e valor. De salientar a região do Tejo, que neste ano



Kubota care

Kubota care

\*Oferta válida, em toda a gama, para 5 Anos e/ou 2.000h. Possibilidade de extensão até 5.000h! Consulte o seu Concessionário KUBOTA. Válido até 31/12/2021

Tempos duros exigem performance acima do normal.

tractoresibericos.pt



TRACTORES IBÉRICOS Lda. GRUPO AUTO-INDUSTRIAL

## ADEGA COOPERATIVA DE SILGUEIROS, CRL



### 1. VINHOS MAIS PREMIADOS DA ADEGA A NÍVEL INTERNACIONAL

**A** Adega Cooperativa de Silgueiros foi fundada em 1962 e começou a laborar em 1964, tendo como objetivo receber as uvas dos seus associados, transformá-las em vinho e comercializar, sobretudo a granel, vendendo aos operadores locais, regionais e nacionais.

Silgueiros distinguia-se pela terra do excelente Vinho do Dão o que fazia com que fosse líder da venda em Garraão. Esse facto fez com que a Adega fosse a precursora da venda através de *Bag-in-boxe* (B&B's), sendo atualmente líder na região, da venda deste tipo de produto, na gama Regional Terras do Dão.

A Adega Cooperativa de Silgueiros encontra-se sediada na sub-região de

Silgueiros, sendo que a cobertura que abrange na região do Dão enquadra viticultores associados provenientes de concelhos limítrofes como sejam,

#### FICHA INFORMATIVA

##### [ NOME ]

Adega Cooperativa de Silgueiros

##### [ CONTACTOS ]

Loureiro de Silgueiros,  
3500-538 Silgueiros  
PORTUGAL

Telefone: +351 232 951 154

Fax: +351 232 952 157

Email: [producao@adegasilgueiros.pt](mailto:producao@adegasilgueiros.pt)

Tondela, Nelas, Carregal do Sal e fundamentalmente Viseu. A sua influência na Economia Social local é preponderante, sendo a dimensão da propriedade e a idade dos viticultores a principal dificuldade que enfrenta. A Adega recebe e vinifica em média 6 milhões de Kg, variando entre os 3,5 milhões e os 7 milhões de Kg dependendo da colheita e dos efeitos climáticos. O Volume de negócios anual é de cerca de 4,6 milhões de euros, sendo que apenas vende a Granel para a UDACA-União de Cooperativas. O restante (cerca de 90%) é vendido em Garrafa e B&B's, fundamentalmente Vinhos Certificados DOC e Regional Terras do Dão, sendo residual a comercialização do chamado "Vinho de Mesa".

## Entrevista com o Presidente da Adegas Cooperativas de Silgueiros



2. FERNANDO FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA ADEGA COOPERATIVA DE SILGUEIROS

### A Adegas Cooperativas de Silgueiros foi fundada há cerca de 60 anos. Que balanço faz da atividade da Adegas Cooperativas e como avalia o seu papel atual na região?

O balanço que faço, apesar de alguns constrangimentos, como a idade dos seus associados e a reduzida dimensão das propriedades, é muito positivo e reflete-se no facto de ser um dos Operadores, entre Privados e Cooperativas, que melhor paga aos viticultores, nomeadamente aqueles que têm “qualidade”. É reconhecida pelos seus clientes, porque “não vende gato por lebre”. O que vende é acima de 90% certificado! Na região, o facto de distribuir pelos seus associados, anualmente, cerca de 2 milhões de euros, confirma o impacto que tem na Economia Social local.



ADEGAS DE  
SILGUEIROS

3. LOGOTIPO DA ADEGA

### A Adegas presta um acompanhamento aos seus associados a montante e a jusante da produção. Que serviços colocam à disposição dos associados?

A Adegas recebe, vinifica e comercializa o produto dos seus associados, procurando sempre a maior valorização para o mesmo. Além disso, a Adegas contratou e dispõe de um técnico que apoia os seus associados em tudo aquilo que é necessário para a viticultura, desde a necessidade de preparar projetos de criação ou transformação de explorações (vinhas) até ao acompanhamento de cada uma das fases da evolução anual da vinha.

### Como caracteriza o estado atual da vitivinicultura na área social da Adegas?

A vitivinicultura da sub-região tem sofrido grandes alterações desde o ano 2000, através da estratégia que se seguiu, com claro foco no premiar a Qualidade e apostar nas Castas reconhecidas pela CVR Dão, nomeadamente as Castas Nobres, Touriga Nacional e Encruzado. Infelizmente, como referi anteriormente, é fundamental “dimensão” para que seja minimamente rentável “trabalhar a vinha”, sendo um dos principais problemas com que nos debatemos, conjuntamente com a falta de mão-de-obra e a necessidade de se mecanizar o mais possível o trabalho da vinha.

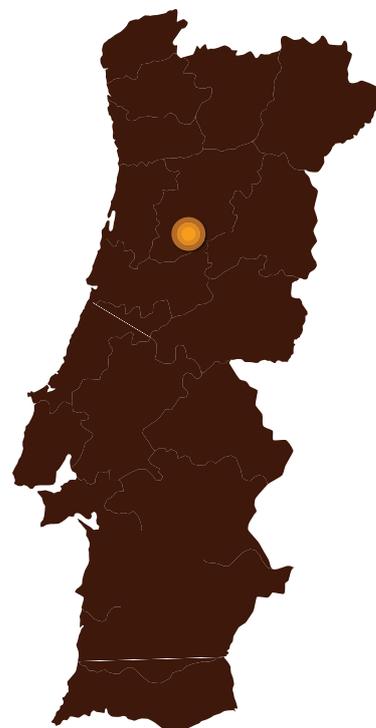
### Que projetos realizados ou a realizar pela Adegas gostaria de destacar?

A Adegas, no âmbito do PDR 2020, levou a cabo investimentos superiores a 2 milhões de euros, que passaram pelo processo de receção de uvas, pela vinificação/fermentação, sistemas de frio, remodelação das instalações administrativas, com a modernização dos espaços e a criação de uma Sala de Provas e de uma Loja de Vendas. Estes espaços deverão estar concluídos no princípio do próximo ano e a Adegas será inserida na Rota dos Vinhos do Dão, onde devia estar por pleno direito. Em termos de equipamentos, para além daqueles que referi, foram adquiridos um Filtro Tangencial e um Filtro de Borrás, com um ótimo retorno do investimento efetuado.

### Quais os objetivos e perspetivas com a realização destes projetos?

Os objetivos a atingir com estes investimentos foi dotar a Adegas das infraestruturas adequadas para uma produção em qualidade, respondendo de forma clara e verdadeira (sem enganar os clientes)

## PORTUGAL CONTINENTAL



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE  
A ADEGA COOPERATIVA  
DE SILGUEIROS



4. VISTA PARCIAL DA ADEGA

aos clientes que os Vinhos da Adega que adquirem são genuínos e são de qualidade. As alterações substanciais ao processo de receção, com a inclusão de dois “te-gões rápidos”, levou a que o processo das vindimas seja hoje muito mais rápido e sem filas, sendo a receção efetuada, em mais de 60%, através de sistemas de lonas colocadas em tratores e camiões basculantes, o que permite receber as uvas dos nossos associados de forma organizada e possibilitando a separação das castas entregues e a sua qualidade. Os investimentos levados a cabo nos sistemas de vinificação e frio, garantem hoje um processo de qualidade que se reflete na excelência dos Vinhos que produzimos. Prova disso, são os prémios conquistados nos diversos concursos nacionais e internacionais. A Adega, com estes investimentos, termina a sua reorganização interna, estando agora preparada para se voltar para o exterior, para A VINHA!

**A Adega Cooperativa possui uma gama de produtos de excelência que são vendidos para o mercado nacional e internacional. Gostaria de falar um pouco sobre a vossa gama de produtos?**

A Adega Cooperativa de Silgueiros não vende os seus vinhos a granel, com exceção do que vende para a UDACA, União de que fazemos parte, para que

esta faça os lotes dos seus vinhos a comercializar. Vende essencialmente os seus Vinhos engarrafados e em B&B, quer os Tintos quer os Brancos. 85% dos seus vinhos são vendidos no mercado nacional e 15% nos mercados internacionais (Brasil, China, Rússia, Canadá e países europeus nos mercados da saudade). Também temos clientes em Singapura e Austrália, apenas para vinhos Premium. As referências que comercializamos, para além das marcas próprias de Clientes nossos da Grande Distribuição Nacional e outras de Clientes Internacionais, são o Morgado de Silgueiros (Colheitas Branco, Tinto e Rosé), Reserva, Encruzado e Touriga Nacional, o D. Daganel que é o nosso vinho “topo de gama”, que só é produzido quando temos de facto Qualidade de Excelência, Aldeias das Serras, Taverna d’El Rei, Vale da Ucha e outras para os engarrafados. Nos B&B Tinto e Branco, na gama Regional Terras do Dão, a marca referência é Adega Cooperativa de Silgueiros.

**Estamos atualmente a viver um contexto de Pandemia que afetou transversalmente diversos sectores de atividade. Que efeitos denotou na atividade da Cooperativa?**

Tal como as restantes atividades, a nossa também passou um mau bocado com a pandemia. No entanto, não foi necessário “lay-off” nem nunca parámos a atividade.

As vendas que deixámos de efetuar durante algum período, foram mais tarde recuperadas. Em termos financeiros, não recorremos a prorrogações de moratórias tendo sido sempre cumpridas as nossas responsabilidades perante todas as organizações e colaboradores.

**Como avalia o potencial de crescimento da atividade vitivinícola na área social da Adega? Consta a existência de recetividade em investir na atividade da parte dos associados e surgimento de novos agricultores?**

Este é um ponto que merece reflexão profunda. O abandono por causa da idade, sem continuidade por parte dos seus descendentes, a desertificação do interior e a dimensão da propriedade, são ameaças latentes que merecem uma reflexão estratégica. Sou daqueles que considera que, está nas Cooperativas a chave para o êxito para combater aquelas ameaças, desde que organizadas com profissionais competentes e desde que o



5. VINHOS EM ESTÁGIO

apoio ao investimento seja uma realidade. A Adega, já foi obrigada a suspender a comercialização de produtos (vinhos Brancos Regionais em B&B), por não ter existências disponíveis e por não querer “vender gato por lebre”.

A Adega Cooperativa de Silgueiros, desde que apoiada, quer levar a cabo um projeto de arrendamento de vinhas, recuperação de vinhas e dinamização da produção local, para combater aquelas ameaças. Esse projeto, passa por enquadrar jovens sócios que liderem essa produção e que vendam a produção à sua Adega Cooperativa ou, se impossível, ser a Adega a constituir uma empresa, também Cooperativa, que responda aquilo que tanto se fala e que foi referido recentemente em Tomar, no

Conselho Geral da CONFAGRI: - Voltar ao conceito “agroflorestal”, ter em conta a sustentabilidade, combater a desertificação e apostar fortemente no interior. Lembremo-nos o que atrás referi: “A Adega está estruturada internamente com equipamentos, profissionais formados nas suas áreas, Certificação e sistemas informáticos”, para se voltar agora para a VINHA. HAJA QUEM NOS AJUDE!

**Em seu entender, o que seria importante no que respeita à aplicação da PAC em Portugal e na definição do Plano Estratégico da PAC (PEPAC) para o período 2023-2027?**

Como referi na resposta anterior temos que pensar em termos estratégicos e, em meu entender, a estratégia terá de passar pelas Cooperativas e pelo apoio ao investimento. É necessário investimento para que a atividade se modernize, adapte e torne competitiva e é necessário apoiar às estruturas que podem aplicar no terreno essas estratégias. Estamos cá

para implementar e cooperar, nos objetivos estratégicos que foram definidos e apresentados recentemente em Tomar, no Conselho Geral da CONFAGRI.

**A coesão territorial é um fator crucial para a competitividade e para a qualificação do território nacional. Quais são em seu entender as principais medidas e incentivos a prosseguir e a priorizar no sentido de dar expressão ao potencial dos territórios do interior e de promover a sua valorização e o respetivo papel que o sector agroflorestal pode desempenhar?**

Basta comparar as realidades. Os apoios que conheço são distribuídos de forma linear, sem olhar às realidades locais e regionais. Para lhe responder basta que pensemos: quanto custa explorar 1 hectare na Região do Dão e quanto custa o mesmo hectare na Região de Lisboa ou do Alentejo? Que produtividades temos e que facilidades/dificuldades temos em mecanizar os processos? Será que é

**Como avalia a relação da Adega Cooperativa de Silgueiros com a CONFAGRI?**

A relação com a nossa Confederação é boa, e somos representados através da nossa Federação (FENADEGAS) que institucionalmente é a quem está atribuída essa função, levando para debate as questões que preocupam o nosso sector de atividade, o que tem sido feito.

**Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes?**

As nossas mensagens são muito simples: Para os nossos associados que continuam a cooperar com a sua Adega e que acreditem que tudo faremos ou tentamos fazer, para responder aos seus anseios. Que acreditem acima de tudo e que apostem sempre, no seu consumo, local, regional ou nacional nos vinhos de SILGUEIROS. Que sejam os seus primeiros promotores!

Aos nossos Clientes e Potenciais Clientes, que acreditem que “não ven-



6. GAMA DE VINHOS ENGARRAFADOS



levado em conta esta realidade quando se estuda a distribuição das ajudas? A resposta em parte relaciona-se com o que referi anteriormente de voltar ao conceito “agroflorestal”, ter em conta a sustentabilidade, combater a desertificação e apostar fortemente no interior. A resposta estará em parte no que referi anteriormente na questão referente ao potencial de crescimento da atividade vitivinícola na área social da Adega e no apoio ao investimento em projetos viáveis de combate à desertificação e tudo o que isso arrasta!

demos gato por lebre”, que estamos nos negócios sejam eles quais forem, de forma deontologicamente correta e que os nossos produtos são, provavelmente, os melhores. Não conhecemos os restantes...! ●

# NOVAS INICIATIVAS DO PACTO ECOLÓGICO E SUAS ESTRATÉGIAS

TEXTO

ISABEL VAN ZELLER BASTO

CONFAGRI - Bruxelas



Fiel ao roteiro pelo Pacto Ecológico e suas estratégias, a Comissão Europeia tem vindo a apresentar várias iniciativas para o prosseguimento dos seus já bem conhecidos objetivos políticos. Nas últimas semanas foram três as iniciativas apresentadas com impacto no sector agrícola. Estamos a falar do Plano de Contingência para garantir o abastecimento e a segurança alimentar em períodos de crise, da Estratégia de Proteção do Solo da UE e das Novas Regras para produtos não associados à desflorestação, medidas que iremos abordar ao longo deste artigo.

## PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA GARANTIR O ABASTECIMENTO ALIMENTAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR EM PERÍODOS DE CRISE

A Estratégia do Prado ao Prato anunciou diversas iniciativas importantes, incluindo o plano de contingência para garantir o abastecimento alimentar e a segurança alimentar em períodos de crise e a adoção, até ao final de 2023, de legislação-quadro sobre sistemas alimentares sustentáveis, a fim de acelerar ainda mais a transição para um sistema alimentar sustentável. Na sequência da crise da COVID-19 e tal como anunciado na Estratégia do Prado ao Prato, a UE tenciona intensificar a coordenação a nível europeu a fim de garantir que não existem situações de escassez

alimentar em períodos de crise. O plano de contingência foi assim apresentado dia 12 de novembro e reconhece a resiliência global da cadeia de abastecimento alimentar da UE, identifica algumas das atuais lacunas e propõe medidas para melhorar o nível de preparação na UE. Será assim criado um Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (MECSA), um grupo de peritos em cadeias de abastecimento coordenado pela Comissão responsável pelo intercâmbio de dados e práticas e pelo reforço da coordenação (Esquema 1). Este plano, que é essencial para garantir que a UE esteja devidamente preparada, adota uma abordagem colaborativa entre todas as partes públicas e privadas que integram a cadeia de abastecimento alimentar.

No sector privado, inclui os agricultores, os pescadores, os aquicultores, as empresas de transformação alimentar, os comerciantes e os retalhistas, bem como os transportadores e operadores logísticos. As autoridades nacionais e regionais desempenharão também um papel essencial na execução deste plano. O plano em si será posto em prática pelo Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (MECSA), que será lançado pela Comissão.

O MECSA contará com a participação de um grupo de peritos que incluirá representantes dos Estados-Membros e de alguns países terceiros, bem como atores de todas as fases da cadeia alimentar, e o seu funcionamento será regido por um conjunto de regras e procedimentos. O grupo reunir-se-á periodicamente e, em caso de crise, num prazo muito curto e com a frequência necessária.

Os trabalhos do grupo centrar-se-ão em atividades específicas e na realização de um conjunto de ações que deverão ser concluídas entre meados de 2022 e 2024:

- Perspectiva, avaliação e monitorização dos riscos: melhorar o nível de preparação para crises através da utilização dos dados disponíveis (nomeadamente sobre as condições meteorológicas, o clima e os mercados); efetuar uma análise mais aprofundada das vulnerabilidades e das infraestruturas críticas da cadeia de abastecimento alimentar;

- Coordenação, cooperação e comunicação: partilhar as informações, boas práticas e planos de contingência nacionais; elaborar recomendações sobre como fazer face às crises; coordenação e cooperação com a comunidade internacional.

## ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO DO SOLO DA UE

A Comissão apresentou, dia 17 de novembro, a nova iniciativa no âmbito do

Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, para combater as crises do clima e da biodiversidade.

Segundo a própria Comissão, os solos saudáveis constituem a base de 95% dos alimentos que consumimos, acolhem mais de 25% da biodiversidade de todo o mundo e são o maior reservatório terrestre de carbono do planeta. No entanto, cerca de 70% dos solos da UE não estão em bom estado (Esquema 2).

A estratégia estabelece um quadro com medidas concretas para a proteção, a recuperação e a utilização sustentável dos solos e propõe um conjunto de medidas de natureza voluntária ou juridicamente vinculativa. Esta estratégia visa aumentar o carbono no solo das terras agrícolas, combater a desertificação, recuperar terras e solos degradados e assegurar que, até 2050, todos os ecossistemas do solo se encontrem em bom estado (Esquema 2).

A estratégia apela para que o solo beneficie do mesmo nível de proteção já concedido à água, ao meio marinho e ao ar na UE. Para o efeito, será proposto, até 2023, um novo ato legislativo sobre a saúde dos solos, no seguimento de uma avaliação de impacto e da consulta ampla com partes interessadas e os Estados-Membros.

A estratégia mobiliza ainda a participação da sociedade e os recursos financeiros necessários, fomenta a partilha de conhecimentos e promove práticas de gestão dos solos sustentáveis e a monitorização, apoiando a ambição da UE de uma ação global no domínio dos solos.

**Principais ações previstas na estratégia**

- Tornar a Gestão Sustentável do Solo o novo normal:
  - Propor um esquema para os proprietários de terras para que os seus solos sejam testados gratuitamente;
  - Promover a gestão sustentável do solo através da Política Agrícola Comum e partilhar as melhores práticas.
- Impulsionar a economia circular:
  - Investigar os cursos de água dos solos escavados e considerar propor um "passaporte do solo";
  - Integrar uma 'hierarquia de tomada de terra', para melhorar a reutilização da terra, e menos utilização de novas terras, alcançando nenhuma



**Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar (MECSA)**

**Quem Participa:**

- Comissão Europeia
- Estados Membros
- Parceiros privados na cadeia
- Países terceiros

**O grupo de perito deverá:**

- melhorar o nível de preparação para crises através da utilização dos dados disponíveis
- Preparados para reunir sempre que necessário

**Papel da Comissão Europeia**



Controlar potenciais riscos e vulnerabilidades na cadeia de abastecimento



Explorar novas soluções digitais para acelerar respostas a crises



Refletir com os Estados Membros e parceiros envolvidos nas melhores respostas e melhorar a comunicação

**ESQUEMA 1**

- tomada líquida de terra até 2050.
- Restauração de solos degradados e remediar sítios contaminados.
- Agir para prevenir a desertificação.
- Aumentar a investigação, os dados e a monitorização do solo.
- Mitigar e adaptar às alterações climáticas, considerar propor objetivos juridicamente vinculativos para travar a drenagem de zonas húmidas e solos orgânicos, e para restaurar turfeiras.
- Mobilizar o compromisso social e os recursos financeiros necessários.

**NOVAS REGRAS PARA PRODUTOS NÃO ASSOCIADOS À DESFLORESTAÇÃO**

Segundo a Comissão, o principal fator impulsionador da desflorestação e da degradação florestal é a expansão das terras agrícolas, que está ligada à produção de produtos de base que importamos (por exemplo, soja, carne de bovino, óleo de palma, madeira, cacau e café). Enquanto grande economia e consumidora destes produtos de base, a UE é parcialmente responsável pelo problema e pretende dar uma resposta firme ao apelo lançado pelos cidadãos europeus para que assuma a liderança da sua resolução.

Assim, Comissão propõe um regulamento para minimizar a desflorestação e a degradação florestal impulsionadas pela UE (Esquema 3). Graças à promoção do consumo de produtos «não associados à desflorestação» e à redução do impacto da UE na des-

florestação e na degradação florestal a nível mundial, a Comissão espera que as novas regras reduzam as emissões de gases com efeito de estufa e a perda de biodiversidade.

As principais ações previstas no regulamento:

- O regulamento estabelece regras de diligência devida obrigatórias para os operadores que colocam no mercado da UE determinados produtos de base associados à desflorestação e à degradação florestal — soja, carne de bovino, óleo de palma, madeira, cacau e café — e alguns produtos derivados, como couro, chocolate e mobiliário. O objetivo é garantir que apenas produtos não associados à desflorestação e legais (de acordo com a legislação do país de origem) sejam autorizados no mercado da UE.
- Os operadores terão de recolher as coordenadas geográficas dos locais onde são produzidos os produtos de base que colocam no mercado. Com esta obrigação rigorosa de rastreabilidade, pretende-se garantir que só entram no mercado da UE produtos não associados à desflorestação e que as autoridades de execução dos Estados-Membros dispõem dos meios necessários para controlar o cumprimento dessa regra.
- Um sistema de análise comparativa gerido pela Comissão classificará os países como apresentando um risco

baixo, médio ou elevado de produção de produtos de base ou derivados associados à desflorestação ou não conformes com a legislação local. As obrigações dos operadores e das autoridades competentes variarão consoante o nível de risco do país ou região de produção: deveres de diligência simplificados para os produtos provenientes de zonas de baixo risco e controlos reforçados para os provenientes de zonas de alto risco.

- Além disso, a Comissão está empenhada em trabalhar com os países parceiros, incluindo governos, o meio académico, o sector privado e a sociedade civil, a fim de combater a desflorestação e a degradação florestal.
- A Comissão participará igualmente em debates internacionais, a nível bilateral e multilateral, sobre políticas e ações destinadas a travar a desflorestação e a degradação florestal, incluindo em instâncias multilaterais.

As empresas que colocam no mercado os produtos base e derivados abrangidos serão obrigadas a criar e aplicar sistemas de diligência devida para impedir a colocação no mercado da UE de produtos associados à desflorestação. As autoridades de execução controlarão estas empresas e garantirão que as mesmas sejam responsabilizadas se não cumprirem os requisitos do regulamento. As empresas terão de carregar uma declaração num sistema de informação europeu, pela qual confirmem que exerceram corretamente a devida diligência e que os produtos que colocam no mercado cumprem as regras da UE. Esta declaração fornecerá igualmente informações essenciais para fins de acompanhamento, nomeadamente as coordenadas geográficas da exploração ou plantação em que os produtos de base foram cultivados.

O regulamento estabelece regras comuns para todas as empresas – da UE ou de países terceiros – que coloquem no mercado da UE os produtos abrangidos pelo regulamento. A avaliação de impacto realizada na preparação da proposta estimou os custos de conformidade para as empresas relacionados com a criação e o funcionamento dos sistemas de diligência devida. Estes custos são inferiores aos benefícios esperados da intervenção política. Além disso, a proposta prevê longos períodos de adaptação para que as empresas, e em especial as microem-

### Estratégia de Proteção do Solo da UE

**Estabelece um quadro com medidas concretas para a proteção, a recuperação e a utilização sustentável dos solos, em sinergia com outras políticas ligadas ao Pacto Ecológico**

**Lança uma visão e objetivos para Solos saudáveis até 2050 com ações concretas até 2030**

**Anuncia uma Lei sobre a saúde dos solos até 2030 para assegurar um alto nível de proteção ambiental e de saúde, complementando a já prevista Lei de Restauração da Natureza**

### ESQUEMA 2



### ESQUEMA 3

presas, se possam ajustar às mudanças introduzidas. Os operadores económicos estarão sujeitos aos mesmos requisitos de exclusão de produtos que provocam desflorestação e degradação florestal das suas cadeias de abastecimento, promovendo, assim, uma concorrência leal e sustentável no mercado. O sistema de análise comparativa facilitará o trabalho dos operadores, graças à identificação de países de baixo risco. O aprovisionamento a partir destes países exigirá apenas um dever de diligência simplificado. O regulamento garantirá que todos os produtos de base, produzidos internamente ou importados, respeitem as mesmas nor-

mas. Além disso, o novo regulamento será aplicado em paralelo com outras medidas, incluindo o apoio aos países produtores. A Comissão propõe a criação de parcerias florestais que ajudem os países parceiros a melhorar a governação das florestas e a criar oportunidades socioeconómicas para as populações graças a cadeias de valor sustentáveis. ●



1. PAINEL COM A PARTICIPAÇÃO DOS QUADROS TÉCNICOS DA CONFAGRI

## CONSELHO GERAL DA CONFAGRI ANALISA A PROPOSTA DO PEPAC – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A CONFAGRI reuniu o seu Conselho Geral no dia 3 de novembro, em Tomar, com o intuito de apreciar as propostas, até agora conhecidas, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período 2023-2027.

O Conselho Geral é um órgão consultivo da Confederação, que integra as Direções das Federações sectoriais associadas da CONFAGRI e personalidades de reconhecido mérito do sector agrícola e cooperativo a nível nacional. Na reunião, estiveram presentes 80 conselheiros.

Para além das análises às propostas de PEPAC apresentadas pelos Quadros Técnicos da CONFAGRI, participaram também Eduardo Diniz, Diretor Geral do GPP, Arlindo Cunha, Ex-Ministro da Agricultura e Miguel Freitas, Ex-Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, que deram importantes contributos para o debate. Na sessão de encerramento esteve presente a Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes. Na sua intervenção, a Ministra da Agricultura destacou “a importância das cooperativas agrícolas no desenvolvimento e capacitação do sector e na dinamização socioeconómica das zonas rurais” e referiu que, “convictos do papel crucial assumido pelas cooperativas, o PEPAC dedicará uma atenção particular à organização da produção, elemento central para o reequilíbrio das relações na cadeia alimentar e para a competitividade sectorial”. Segundo a responsável, “pretendemos uma gestão ativa para todo o território, necessitamos de uma produção agrícola e florestal que seja inovadora e sustentável, e quando falamos de sustentabilidade, falamos em termos ambientais, mas também em termos económicos e sociais, falamos de equilíbrio” e apontou que “defendemos a equidade entre sectores e entre territórios. Queremos fazer uma discriminação positiva dos apoios à pequena e média agricultura, onde queremos aumentar os apoios no interior do país, nomeadamente nas zonas vulneráveis”.

A Ministra agradeceu ainda “o trabalho desenvolvido pelo sector ao longo destes quase dois anos de pandemia, em que nada faltou à mesa dos portugueses”, referindo que o sector, neste período,



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, MANUEL DOS SANTOS GOMES

continuou inclusivamente a aumentar as exportações, facto que merece reconhecimento.

No encerramento dos trabalhos, o Presidente da CONFAGRI apresentou os pontos essenciais do posicionamento da CONFAGRI, que pela sua importância apresentamos de seguida.

#### A VISÃO DA CONFAGRI SOBRE O PEPAC, ASSENTA EM 6 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS:

- 1- Garantir um rendimento adequado e estável aos agricultores portugueses, que lhes permita desenvolver com dignidade a sua atividade;
- 2- Promover a viabilidade da atividade agrícola e florestal em todo o território nacional, sem a qual os fenómenos de abandono e decadência das zonas rurais e dos incêndios se irão acentuar;
- 3- Privilegiar os sistemas produtores de bens alimentares, no âmbito dos apoios da PAC, de modo a reforçar a nossa segurança alimentar e o contributo do sector agroalimentar para a economia nacional;
- 4- Garantir que os apoios existentes para a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, são acessíveis a todos os agricultores;
- 5- Promover um maior equilíbrio da cadeia agroalimentar, apoiando e protegendo os seus elos mais frágeis, que são os agricultores e as suas organizações económicas;
- 6- Reforçar as Organizações dos Agricultores,

nomeadamente as Cooperativas Agrícolas, no âmbito da gestão, da assistência técnica e formação aos seus associados e da comercialização e internacionalização.

#### COM BASE NESTES PRINCÍPIOS ENUNCIADOS, A CONFAGRI CONSIDERA QUE:

O PEPAC 2023-2027 é da maior importância para o nosso sector agrícola nacional e constitui uma oportunidade única e irrepetível nos próximos anos, para definir uma política agrícola mais justa e mais eficiente, que responda aos problemas que o nosso país enfrenta a nível da sua balança agroalimentar, do seu território e da coesão económica e social.

Por isso, a primeira crítica da CONFAGRI é relativa, ao timing apertado, que nos é imposto por Bruxelas, e que está a conduzir a um debate demasiado rápido e insuficiente do PEPAC em Portugal.

A própria regulamentação europeia que enquadra o PEPAC está ainda por concretizar. Por isso, a CONFAGRI considera que

**O sector cooperativo agrícola é o único com vocação e capacidade para integrar e apoiar, em qualquer território rural do nosso país, um elevado número de agricultores, que sem o seu apoio, ficarão mais vulneráveis nos mercados alimentares, cada vez mais competitivos e instáveis.**

Portugal deve exigir mais tempo para a discussão e avaliação, de um Plano com tanta relevância e importância estratégica como é o PEPAC.

Quanto às propostas do Ministério da Agricultura, elas apresentam ainda muitas insuficiências limitadoras da análise. Apesar destas insuficiências, o Conselho Geral da CONFAGRI analisou e debateu as principais linhas de orientação política que enquadram a proposta do PEPAC, considerando o seguinte:

➤ O grande objetivo definido para o PEPAC de promover uma gestão ativa de todo o território, com o qual a CONFAGRI está de acordo, não é alcançável com as propostas até agora conhecidas.

Sem viabilidade económica da atividade agrícola e florestal, não existe gestão ativa do território. E essa viabilidade não é assegurada por este PEPAC, para muitos agricultores, sectores e regiões.

➤ A CONFAGRI constata também, em algumas propostas de intervenções, disposições que parecem querer continuar a discriminar negativamente a produção, o que para a Confederação não é aceitável.

➤ A opção do Governo, pela convergência total do valor dos direitos do Pagamento Base em 2026, deverá na ótica da CONFAGRI, ser acompanhada pela possibilidade de entrada de novos agricultores e de novas áreas, que até agora não beneficiaram das ajudas diretas da PAC.

Sem esta abertura, a alegada “justiça” e “equidade” que a convergência a 100% vem trazer, não é alcançável.

➤ O risco do aumento das transferências do segundo pilar da PAC para o primeiro pilar, é também para a CONFAGRI preocupante, e pode limitar o apoio aos investimentos.

Os investimentos na exploração agrícola, florestal e na agroindústria são, na ótica da CONFAGRI, essenciais para a modernização e para sustentabilidade futura do nosso tecido produtivo. Apenas eles permitirão transformar o nosso sector primário, tornando-o mais resiliente e capaz de enfrentar os desafios futuros, nomeadamente, nos domínios agroclimático e alimentar.

A alegada incapacidade do sector con-



3. PAINEL DE ORADORES CONVIDADOS QUE PARTICIPARAM NO DEBATE



4. ASPETO GERAL DA SALA COM OS DIVERSOS CONSELHEIROS



5. INTERVENÇÃO DA MINISTRA DA AGRICULTURA, MARIA DO CÉU ANTUNES

seguir executar os montantes anuais que têm sido destinados ao investimento, constitui uma falácia, pois são muitos os agricultores e as empresas que, no âmbito do PDR 2020, não têm tido os seus projetos de investimento aprovados, por falta de dotação financeira. Por outro lado, é a extrema complexidade burocrática e a recorrente alteração de regras, a que são alheios os promotores dos projetos, que provocam os grandes atrasos na execução dos mesmos.

➤ A CONFAGRI considera ainda que a atual proposta de PEPAC é muito pouco ambiciosa no que toca ao reforço da posição dos agricultores na cadeia agroalimentar, nomeadamente através das Cooperativas e das Organizações de Produtores (OPs), que atuam nos mercados.

De facto, não só desaparecem algumas

diferenciações positivas para as Cooperativas e OPs que existiam no atual PDR, nomeadamente no âmbito das medidas de caráter agroambiental, como também não existem medidas específicas para reforço do tecido cooperativo agrícola. O sector cooperativo agrícola é o único com vocação e capacidade para integrar e apoiar, em qualquer território rural do nosso país, um elevado número de agricultores, que sem o seu apoio, ficarão mais vulneráveis nos mercados alimentares, cada vez mais competitivos e instáveis.

➤ A nível sectorial, mantem-se sem alterações significativas, as intervenções específicas para o vinho, as frutas e hortícolas e a apicultura. Contudo, a CONFAGRI identifica a necessidade, não contemplada na Proposta de PEPAC, de Portugal dispor também de uma intervenção específica para o Olival Tradicional, à semelhança do que está previsto para Espanha.

➤ Outras das limitações que a CONFAGRI assinala na apreciação da proposta de PEPAC, reside no desconhecimento de medidas complementares ao mesmo, que possam ser asseguradas por outros Fundos no Portugal 2030. É o caso das medidas no âmbito do Ambiente e Ordenamento do Território, da Digitalização e da Formação Profissional, de extrema relevância para o nosso Sector e sobre as quais ainda nada se conhece.

A CONFAGRI vai continuar a acompanhar ativamente todo o processo de elaboração do PEPAC, informando e discutindo com a sua estrutura associada as diversas propostas de intervenção, apresentando as suas propostas construtivas e dialogando com o Ministério da Agricultura. ●

# PEPAC PODE ACENTUAR VULNERABILIDADE DA SOBERANIA ALIMENTAR



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

CONFAGRI

Portugal sofre de um crónico défice da balança alimentar. A balança comercial do complexo agrícola e pecuário apresenta um saldo negativo, em termos médios, superior a 1.800 milhões de euros. Excetuando os sectores do vinho, do azeite e do leite, Portugal está dependente das importações de cereais, carnes, animais vivos, frutas e produtos hortícolas para fazer face às necessidades do consumo interno.

A produção nacional é insuficiente para a satisfação das necessidades do consumo interno e, nem mesmo com uma nova “Campanha do trigo”, agronomicamente indefensável em muitos territórios, seria possível superar tamanha vulnerabilidade. No entanto, é possível, e de modo ambientalmente sustentável, produzir mais e utilizar melhor os recursos disponíveis em sectores onde somos deficitários e noutros onde já demonstrámos conseguir ter diversas vantagens competitivas, proporcionando algum equilíbrio, em valor, da balança comercial.

As previsões do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU apontam que a população mundial pode atingir no final do século, cerca de 11 mil milhões de pessoas, podendo já em 2050 atingir os 9,7 mil milhões, ou seja, nos próximos 30 anos teremos no mundo mais 2 mil milhões de pessoas. Naturalmente, em consequência deste aumento também a área disponível para a agricultura tenderá a ser menor.

Para além das questões relacionadas com o aumento da população, temos ainda que prever efeitos negativos na produção causados pelas alterações climáticas, por alterações conjunturais dos custos com a energia, pelo aumento do custo da mão-de-obra, e também pelos custos decorrentes das mais ou menos acertadas decisões políticas, onde se insere e destaca o recente Pacto Ecológico Europeu (*Green deal*), com a Estratégia do Prado ao Prato (*Farm to fork*) e a Estratégia de Biodiversidade para 2030, com impactos diretos na produtividade da agricultura.

Com todos aqueles perigos é urgente que se produza mais, é urgente ser-se competitivo e é fundamental fazê-lo de modo ambientalmente sustentável para a preservação dos recursos naturais.

Mesmo com os ganhos decorrentes da permanente inovação tecnológica é de prever que os preços dos produtos agrícolas subam, agravando o défice da balança comercial e o acesso de parte da população a uma alimentação minimamente satisfatória em termos nutritivos.

Assim, mesmo com os ganhos decorrentes da permanente inovação tecnológica é de prever que os preços dos produtos agrícolas subam, agravando o défice da balança comercial e o acesso de parte da população a uma alimentação minimamente satisfatória em termos nutritivos. Em 1929, a célebre "Campanha do trigo", visava diretamente: "Promover o aumento da produção do trigo até às necessidades do consumo, evitando assim a saída para o estrangeiro de importantes caudais de ouro". Hoje, num mundo global, a visão não pode ser necessariamente a mesma, porém, o problema da balança comercial mantém-se, pelo que o aumento da produção devia permanecer no topo das prioridades políticas do Ministério da Agricultura, e não num tímido combate à sobreextensificação...



ENFARDADEIRA FFP 3135



UNIFEED PROFILE PLUS 2 DS



ENFARDADEIRA SB 1270 X

**BE STRONG, BE KUHN**



SEMEADOR MEGANT



DISTRIBUIDOR DE ADUBO MDS



DISTRIBUIDOR DE ADUBO AXIS



TERMINAL DE CONTROLO CCI



**AUTO INDUSTRIAL** LDA

Divisão Agrícola



M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide  
 T. +351 210 009 771  
 E. [divagricola@auto.industrial.pt](mailto:divagricola@auto.industrial.pt)  
 W. [divisaoagricola.autoindustrial.pt](http://divisaoagricola.autoindustrial.pt)

**QUADRO 1** BALANÇA COMERCIAL DE PORTUGAL  
Média período 2014-2020

Sector	Saldo (Exportações-Importações) (milhões de euros)	Grau de Cobertura (Exportações/Importações) (%)
Frutas, Hortícolas & Flores (NC 06, 07, 08, 20)	-318	73%
Pecuária (NC 01, 02, 1601, 1602)	-802	26%
Carnes e miudezas (NC 02)	-688	15%
Vinhos de uvas frescas (NC 2204)	550	631%
Azeite (NC 1509)	42	120%
Cereais (NC 10)	-615	7%
<b>TOTAL</b>	<b>-1831</b>	<b>55%</b>

Fonte: GPP, Estatísticas do Complexo AgroFlorestal (CAF) e Sectores (dados atualizados em 28-06-2021)



A dita “gestão ativa do território” promovida pelo PEPAC apenas continuará a discriminar agricultores, a perpetuar o não rejuvenescimento do território e a acentuar as vulnerabilidades da reduzida soberania alimentar.

No presente, as preocupações não são muito diferentes das que se verificaram no passado, agora não estamos sós, fazemos parte de uma União Europeia com outros 26 Estados-Membro e com uma Política Agrícola Comum (PAC) que deverá continuar a garantir a segurança alimentar, significando isso o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, em qualquer momento. Além disso, deverá contribuir para melhorar a resposta dada pela agricultura da União às novas exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde,

nomeadamente em termos de produção agrícola sustentável, alimentação mais saudável, bem-estar dos animais e redução do desperdício alimentar. A PAC deverá continuar a promover os produtos com características específicas e valiosas, ajudando ao mesmo tempo os agricultores a adaptarem a sua produção de forma proativa, de acordo com os sinais do mercado e as exigências dos consumidores, como refere o considerando 35.º da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às regras

dos «Planos estratégicos» da PAC a elaborar pelos Estados-Membro. O instrumento que o Ministério da Agricultura tem (tinha) em mãos para contribuir para a redução do défice da balança comercial chama-se “Plano Estratégico da PAC” (PEPAC). Este ditará o quadro de aplicação da PAC para Portugal para o período de 2023 a 2027 e assenta num modelo centrado numa visão de “Uma gestão ativa de todo o

território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”, contudo esta visão não irá responder à necessidade de equilíbrio da balança comercial e irá afastar ainda mais a agricultura nacional das agriculturas europeias mais competitivas.

Desde logo porque se insiste numa desvalorização do conceito do “agricultor ativo”, por se promover a dissociação do conceito relativamente à realização de uma atividade económica de produção e transação de bens privados. Tendência que se agrava quando, igualmente, se assiste à não discriminação positiva das áreas produtivas. Ao invés, e contrariando aquilo que a regulamentação comunitária prevê, não se propõe uma redução da elegibilidade das superfícies quando se verificam elementos inelegíveis, como matos, que reduzem a capacidade de alimentação dos animais nessas superfícies. Por outro lado, a diferenciação proposta, nos ecogregimes, para as pastagens permanentes em função do nível de encabeçamento discriminando negativamente as superfícies com encabeçamento compreendido entre 0,75CN/ha e 1,5CN/ha, face às pastagens com encabeçamentos inferiores, quando Portugal tem um défice de carne de bovino e de ovino e caprino avaliado em 380 milhões de euros, é absolutamente incompreensível e promotora da sobreextensificação, com consequências frequentemente nefastas nos fogos rurais.

Pode-se também citar a incoerência dos apoios para a promoção da biodiversidade, estabelecidos na modalidade *top-up* do apoio base à sustentabilidade, que favorecem indiscriminadamente as

superfícies em pousio, acabando por ter um efeito contrário ao pretendido, pois é reconhecido que o abandono da atividade agrícola não favorece a biodiversidade, antes pelo contrário. Perante o que acima foi referido a dita

“gestão ativa do território” promovida pelo PEPAC apenas continuará a discriminar agricultores, a perpetuar o não rejuvenescimento do território e a acentuar as vulnerabilidades da reduzida soberania alimentar. ●

**INFACO**  
www.infaco.com

**ELECTROCOUP F3015**  
NA CONTINUIDADE DO APERFEIÇOAMENTO

BATERIA  
ULTRA COMPACTA

**POWERCOUP®** PW2

EQUIPAMENTO MULTIFUNÇÕES

1 MOTOR  
=  
6 FERRAMENTAS

Varejador  
Serra Circular  
Desladradora  
Desbastadora  
Corta-Sebes  
Serra

**LISAGRI**  
Importador Exclusivo para Portugal

# CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DA COSTA AZUL, CRL



1. SEDE DA CCAM DA COSTA AZUL

**A** Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul, C.R.L. foi fundada em 1916, tendo completado em 2021, 105 anos de existência. A sua área de atuação compreende 6 concelhos, Santiago do Cacém, Ourique, Grândola, Sines, Setúbal e Sesimbra. Nesta área social, a Caixa opera através de uma rede de 17 agências localizadas em Santiago do Cacém (Sede), Grândola, Sines, Ourique, Alvalade, Cercal do Alentejo, Carvalhal, Melides, Ermidas-Sado, Porto Covo, Vila Nova de Santo André, Santana, Quinta do Conde, Setúbal-Bonfim, Setúbal- Praça de Portugal, Azeitão e Alfirim. A CCAM da Costa Azul assume-se como a entidade bancária de proximidade e de referência ao nível da rapidez de decisão, eficiência e confiança, procurando criar valor para os clientes e associados na

vertente económica, no que respeita à captação de recursos e aplicação dos mesmos através dos diversos agentes económicos na sua atividade regional e na vertente do desenvolvimento, mediante o estabelecimento de parcerias/protocolos de cooperação com entidades oficiais e coletividades regionais, que contribuam para o desenvolvimento da sua área social.

A CCAM da Costa Azul registava à data de 30 de setembro, um ativo líquido de 744 milhões de euros, uma carteira de depósitos de 655 milhões de euros, uma carteira de crédito no valor de 450 milhões de euros e fundos próprios de base de cerca de 71 milhões de euros. Atualmente, a Caixa possui uma equipa de 122 colaboradores que prestam apoio a 13.150 associados e 54.000 clientes.

## FICHA INFORMATIVA

### [ NOME ]

CCAM da Costa Azul

### [ CONTACTOS ]

Av. D. Nuno Álvares Pereira, 2  
7540-102 Santiago do Cacém  
PORTUGAL

Telefone: +351 269 829 340

Fax: +351 269 829 345

Email: [costazul@creditoagricola.pt](mailto:costazul@creditoagricola.pt)

## Entrevista com Presidente do Conselho de Administração da CCAM da Costa Azul, Rui Gomes



2. RUI GOMES — PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCAM DA COSTA AZUL

**Em 2021, a CCAM da Costa Azul celebrou 105 anos de existência, o que constitui um marco muito importante para a Instituição. Como avalia esta longevidade da Caixa da Costa Azul e o papel desempenhado pela mesma na sua área social?**

A CCAM da Costa Azul perfez este ano 105 anos de existência. Foi uma data que não pôde ser celebrada da maneira mais apropriada e representativa dessa longevidade, junto dos nossos associados e clientes e junto da nossa população de uma maneira geral, devido ao contexto de Pandemia que atravessamos. É, de facto, uma data muito importante para a Instituição porque é representativa de todo o trabalho desenvolvido ao longo de todos estes anos e do seu reconhecimento.



3. COLABORADORES DO DEPARTAMENTO TÉCNICO DE APOIO AO SECTOR AGRÍCOLA

A Caixa tem um percurso de crescimento constante, e é com um sentimento de forte satisfação que hoje atingimos esta marca com um nível de prestação de serviços que constitui um orgulho para todos os envolvidos na vida da Caixa, desde os nossos Associados e Clientes aos Colaboradores e Dirigentes. Trabalhamos árdua e diariamente para promover o desenvolvimento económico e social da nossa área de ação. É um desígnio assumido pela Instituição e reconhecido por todos, como prova o crescimento que a Caixa tem tido ao longo dos anos.

**A proximidade e o profundo conhecimento da sua área social têm sido fatores decisivos no longo percurso da CCAM?**

A proximidade tem sido um fator determinante. Mantemos uma interação muito grande com a maioria dos agentes económicos e sociais da região. Esta estreita relação é fundamental para o posicionamento e sucesso da Caixa. O Crédito Agrícola tem a sua génese nas diferentes zonas de Portugal e faz parte do seu ADN, ser endógeno com as suas regiões. Tem um percurso inverso ao de outras instituições bancárias, que são instituições fundadas na capital do país ou noutros países. Existe uma clara diferenciação entre a atitude da Caixa da Costa Azul em relação ao posicionamento de outras Instituições, patente nesta proximidade com as pessoas e organizações, nesta relação com a comunidade, na preocupação em reinvestir na região parte dos recursos e resultados alcançados, proporcionando o desenvolvimento económico e social das suas populações, empresários e organizações.

Além disso, gostaria de referir que os próprios órgãos sociais da Caixa são oriundos da nossa área social e que a Instituição sempre incentivou a participação de todos os elementos da Caixa, na vida ativa da região.

No que respeita aos associados sentimos, da sua parte, um reconhecimento por esta postura da Caixa e uma forte confiança na Instituição.

**Apesar das condições económicas dificultarem o produto bancário das instituições de crédito, a CCAM da**

## PORTUGAL CONTINENTAL



## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE  
A CCAM DA COSTA AZUL



**Costa Azul tem vindo a aumentar o seu volume de negócios nos últimos anos o que reflete uma evolução sustentada e de consolidação da sua presença no mercado. Dada a grande concorrência existente e as reduzidas margens do negócio, que outros fatores têm contribuído para esta estratégia bem-sucedida?**

A proximidade como referi anteriormente é muito importante. Ela permite e proporciona um conhecimento profundo dos negócios dos nossos clientes e associados que é, também ele, responsável pelo sucesso das nossas operações. Esta relação é geradora de um clima de confiança mútua entre a instituição e os seus associados e clientes, que se traduz na grande sustentabilidade e solidez da Caixa.

A abordagem prudente e conservadora na análise de risco, que sempre mantivemos, tem contribuído para a solidez e sustentabilidade da Instituição e, por sua vez, para o aumento da confiança dos associados e clientes nos nossos produtos e serviços.

A rapidez com que conseguimos dar uma resposta às necessidades de financiamento dos clientes é outro fator fundamental. Por vezes, só essa celeridade viabiliza a realização dos seus negócios e aproveitamento das suas oportunidades. Essa rapidez é possível graças à presença efetiva de toda a Administração e ao espírito de compromisso de todos os departamentos e Colaboradores da Caixa.

Gostaria de referir ainda as condições que a Caixa da Costa Azul tem para competir em termos de *pricing* com as outras instituições bancárias, pois não possuímos qualquer problema de liquidez, bem pelo contrário. Este facto traduz-se num conjunto de produtos extremamente competitivos que colocamos à disposição do mercado. A finalizar, é relevante destacar um fator extremamente importante que são os colaboradores. Estes são uma peça fundamental e estratégica na vida e no desenvolvimento da Caixa. A sua capacidade e competência têm sido um dos pilares que têm permitido os resultados que a Instituição tem alcançado.

**A Caixa, paralelamente aos objetivos económicos, manifesta uma preocupação social bastante evidente, que conduziram inclusivamente à criação**



4. DA ESQ PARA A DIR: ANA RODRIGUES; TIAGO FALCÃO E SILVA; RUI GOMES; ANTÓNIO MOURA; ANTÓNIO PINELA.

**da Fundação Caixa Agrícola Costa Azul. Gostaria de falar um pouco do papel e intervenção da Caixa neste âmbito?**

A Caixa tem pautado sempre a sua existência pelo apoio social a todas as entidades e iniciativas que desempenham esse papel na sua área social. Desde associações, cooperativas, clubes, escolas, bombeiros, misericórdias, entre outras. A Fundação Caixa Agrícola Costa Azul foi instituída pela CCAM da Costa Azul, para que existisse uma entidade vocacionada para exercer essa ação social e que fosse também ela proativa na procura de áreas e iniciativas com potencial para promover e desenvolver esse apoio. Tem desempenhado um papel muito importante nesta área e tem desenvolvido e apoiado uma série de iniciativas nos mais diversos quadros da sociedade, onde destaca, a atribuição de bolsas de estudo, a realização de exposições, a promoção de uma escola de teatro, o protocolo com as Santas Casas da Misericórdia e com o programa ABEM liderado pela Associação "Dignitude", de âmbito nacional, em que se auxiliam pessoas com dificuldades económicas para adquirir medicamentos, entre outras. A Caixa quis ir mais além e deu um passo grande no sentido de apoiar a sua área social.

**Como caracteriza o momento atual da agricultura na área social da Caixa e quais as perspetivas para o futuro?**

A nossa área social é grande e como tal possui realidades distintas. Em dois concelhos, Setúbal e Sesimbra, o sector agrícola tem pouca expressão. Já nos concelhos de Santiago do Cacém,



5. AGÊNCIA DE ALVALADE

Grândola e Ourique, o sector agrícola tem um peso enorme na economia destes municípios. Nestas áreas temos atividades que têm florescido, como a produção de hortícolas, a cultura do olival, a agropecuária, entre outras. Por outro lado, assistimos ao declínio dos montados de sobro e azinho. As mortes destas espécies não param e estas florestas autóctones continuam a caminhar para a extinção. É necessário atuar neste âmbito e interromper este processo de declínio porque é uma fonte de riqueza importante e uma questão de sustentabilidade ambiental. O sector tem futuro e a agricultura continua a ser resiliente. Um dos maiores desafios do futuro passa pela agricultura, e tem a ver com a questão de como produzir alimentos de forma sustentável para uma população crescente e, como tal, deve ser encarado como um sector fundamental e estratégico para o futuro.

**A Caixa possui um Departamento Técnico de apoio ao sector agrícola que presta um amplo apoio a todos os associados. Que serviços prestam através deste Departamento?**

A Caixa possui desde 1982 um Departamento próprio de apoio técnico ao sector agrícola, que integra profissionais qualificados, com o intuito de proporcionar aos nossos associados e clientes um apoio de carácter técnico permanente. Prestamos diversos serviços, como sejam, as Ajudas ao Rendimento, o Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA), o Parcelário, a Manutenção atualizada das Bases de Dados dos agricultores no IFAP (IB), o Apoio na tramitação dos Projetos de Investimento, no âmbito do PDR2020 e o Aconselhamento Agrícola. Representa um apoio fundamental para



6. AGÊNCIA DE AZEITÃO



7. INTERIOR DA AGÊNCIA DE AZEITÃO

todos os nossos associados que por esta via conseguem aceder a todos os apoios financeiros a que têm direito e que são fundamentais para a sua atividade e desenvolvimento.

**Em seu entender, o que seria importante no âmbito da definição do PEPAC e do PRR que potencie a atividade económica e o investimento?**

Encontra-se em preparação o PEPAC 2023-2027, que é da maior importância para o nosso sector agrícola nacional e que constitui uma oportunidade única e irrepetível nos próximos anos, para definir uma Política Agrícola mais justa

e mais eficiente, que responda aos problemas que o nosso País enfrenta ao nível da sua balança agroalimentar, do seu território e da coesão económica e social. Pelas dificuldades inerentes, espera-se que as propostas possam satisfazer as expectativas do sector.

No entanto, tive oportunidade de estar no Conselho Geral da CONFAGRI e, face às propostas que estão em cima da mesa, que deverão ser entregues à união Europeia até ao final do ano, receio que estejamos perante uma redução do apoio ao investimento. Parece-me que iremos privilegiar os apoios das ajudas diretas à produção, ou seja, privilegiar o curto prazo em detrimento do longo prazo, e se assim for, isso irá ter um preço. Se não incentivarmos o investimento não incentivamos a modernização, a adoção de novas técnicas de produção, entre outras coisas, o que terá efeitos a longo prazo na nossa estrutura de produção e consequentemente na nossa competitividade. Na sequência do que falámos anteriormente, no que respeita à necessidade de produzir cada vez mais e de uma forma sustentável, mantendo a competitividade, parece-me um contrassenso.

O PRR poderá constituir, eventualmente, um recurso, se as entidades representativas da agricultura, floresta e pecuária (confederações, federações e cooperativas) conseguirem aceder a estes fundos, mas não sei até que ponto é que esses fundos vão estar disponíveis para esse efeito. Se privilegiarmos as necessidades de curto prazo em detrimento das de longo prazo, estaremos a hipotecar o futuro.

**A Caixa da Costa Azul possui uma capacidade operacional muito grande e revela diversas características que lhe asseveram um elevado potencial de crescimento futuro. Gostaria de perspetivar um pouco os objetivos futuros da Instituição?**

O nosso objetivo é continuarmos a afirmar-nos na nossa área social, sendo uma referência nos nossos municípios, mantendo a nossa política de sustentabilidade e solidez. Iremos reforçar a nossa aposta nos concelhos de Setúbal e Sesimbra, onde não possuímos uma presença tão forte e onde estamos há menos tempo. Para isso, estamos a investir na modernização das instalações e estamos a reforçar as nossas

equipas comerciais. No ano passado transferimos a Agência de Brejos de Azeitão para novas instalações em Azeitão, e no próximo ano iremos mudar e modernizar a nossa agência na Quinta do Conde. Trata-se de dotar as Agências de maior dignidade, de melhores condições para atendimento aos nossos clientes e de melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores.

O negócio tem crescido e achamos que há potencial para continuar a crescer, como tal, vamos correspondendo ao que as populações nos vão proporcionando, sem descurar a disponibilização de todos os meios e canais de atendimento eletrónicos e digitais, acompanhando a tendência seguida pela Banca.

**Como avalia a relação da CCAM da Costa Azul com a CONFAGRI?**

A relação da Caixa com a CONFAGRI é excelente. Creio que somos a Caixa que tem a equipa técnica mais vasta e dedicada no apoio à atividade agrícola. Desde a criação deste Gabinete Técnico, estabelecemos com a CONFAGRI um protocolo de cooperação e de prestação de serviços aos agricultores, que mantemos até hoje. Tem sido uma relação muito produtiva e construtiva entre ambas as Instituições.

**Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes e população de uma maneira geral?**

Gostaria de deixar uma mensagem de otimismo e de incentivo para que cada um nas suas funções, os empresários nas suas empresas, nós na Caixa, os agricultores nas suas explorações, continuemos a prosseguir com entusiasmo na procura da excelência, porque é isso que nos dará resiliência e estabilidade. Quando somos muito bons naquilo que fazemos estamos preparados para as adversidades e vamos ter condições para competir com qualquer concorrência.

A Caixa da Costa Azul, como sempre, cá estará para apoiar financeiramente todos os investimentos e prestar o respetivo apoio técnico necessário. ●

# CONCURSO DE VINHOS do Crédito Agrícola | 8ª EDIÇÃO

## Parabéns aos premiados!

**Grande Medalha  
de Ouro Branco:**

**Grande Medalha  
de Ouro Tinto:**

**Grande Medalha de  
Ouro Espumante:**



**Casal da Coelhoira Limited Edition  
Vinho Regional Tejo Branco 2020**  
Casal da Coelhoira

**Guadelim Grande Reserva DOC  
Alentejo Granja - Amareleja Tinto  
2014 Sul Estoril**

**Quinta do Cerrado Reserva  
Espumante DOC Dão Rosé 2016**  
União Comercial da Beira

### Medalhados com a Tambuladeira de Ouro:

**Adega de Favalos Bruto Grande Reserva Espumante  
DOC Douro Branco 2013** | Adega de Favalos

**Adega de Penalva Cerceal DOC Dão Branco 2020** |  
Adega Cooperativa de Penalva do Castelo

**Avô António Encruzado Reserva DOC Dão Branco  
2019** | Quinta dos Monteirinhos

**Carvalhas DOC Douro Branco 2019** | Companhia  
Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real  
Companhia Velha

**Carvalhas Vinhas Velhas DOC Douro Tinto 2018** |  
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto  
Douro - Real Companhia Velha

**Casa da Ínsua Reserva DOC Dão Tinto 2016** |  
Empreendimentos Turísticos Montebelo

**Casal Freitas Premium Vinho Regional Península  
de Setúbal Tinto 2019** | JBFreitas Vinhos

**Castelo de Azurara Encruzado Grande Reserva DOC  
Dão Branco 2018** | Adega Cooperativa de Mangualde

**Caves de Murça Reserva Bruto Espumante DOC  
Douro Branco 2019** | Adega Cooperativa de Murça

**Comenda Grande Touriga Nacional & Syrah  
Colheita Especial Vinho Regional Alentejano Tinto  
2017** | Monte da Comenda Grande

**Conde de Cantanhede Grande Reserva DOC  
Bairrada Branco 2015** | Adega Cooperativa  
de Cantanhede

**Conde de Cantanhede Grande Reserva DOC  
Bairrada Tinto 2013** | Adega Cooperativa  
de Cantanhede

**Deu-La-Deu Reserva Alvarinho DOC Verde Branco  
2018** | Adega Cooperativa e Regional de Monção

**Dona Berta Vinhas Velhas Reserva Rabigato DOC  
Douro Branco 2019** | H. & F. Verdelho

**Dona Ermelinda Grande Reserva Vinho Regional  
Península de Setúbal Tinto 2017** | Casa Ermelinda  
Freitas

**Edd's Grande Reserva Private Collection Vinho  
Regional Algarve Tinto 2018** | Concepts by Edds II

**Encosta de São Romão Syrah Reserva Vinho  
Regional Alentejano Tinto 2019** | Mário Meireles

**Félix Rocha Alicante Bouschet Vinho Regional Lisboa  
Tinto 2018** | Sociedade Agrícola Félix Rocha

**Ferronha's Grande Reserva DOC Douro Tinto 2019** |  
Luis Ferronha

**Folha do Meio Reserva Vinho Regional Alentejano  
Branco 2019** | Terrenus Veritae

**Grande José Échanson Selection Vinho Regional  
Alentejano Tinto 2019** | Rodrigues Santanita Family  
Winery

**Herdade da Ajuda Premium Vinho Regional  
Alentejano Tinto 2016** | Herdade da Ajuda

**Herdade de Ceuta Alicante Bouschet Reserva DOC  
Alentejo Tinto 2019** | EliteVinhos

**Herdade dos Templários Touriga Nacional Grande  
Escolha DOC Tejo Tomar Tinto 2018** | Quinta do  
Cavalinho

**Herdade Paço do Conde Reserva Vinho Regional  
Alentejano Tinto 2018** | Sociedade Agrícola Encosta  
do Guadiana

**Herdade de São Miguel Esquecido Arinto IG  
Alentejano Branco 2020** | Casa Relvas

**Holminhos Touriga Nacional Reserva DOC Douro  
Tinto 2017** | Quinta Holminhos

**Mingorra Reserva Vinho Regional Alentejano Tinto  
2017** | Henrique Uva

**Monte da Glória Chardonnay Vinho Regional  
Alentejano Branco 2019** | Sabores do Campo

**Morgado de Silgueiros Touriga Nacional DOC Dão  
Tinto 2017** | Adega Cooperativa de Silgueiros

**Mythos Vinho Regional Tejo Tinto 2019** | Casal da  
Coelhoira

**Nascedios Terroir Reserva Vinho Regional  
Alentejano Tinto 2017** | Adega Nascedios

**Pal Horácio Grande Reserva DOC Douro Tinto 2018**  
| Vinloureira

**Peripêcia Chardonnay Vinho Regional Lisboa Branco  
2019** | Cerrado da Porta

**Pinhel Celebração dos 250 anos de Pinhel Premium  
DOC Beira Interior Tinto 2018** | Adega Cooperativa  
de Pinhel

**Porta da Ravessa Reserva Especial 30 Anos Vinho  
Regional Alentejano Tinto 2017** | Adega Cooperativa  
de Redondo

**Puro Cabernet Sauvignon Escolha Vinho Regional  
Lisboa Tinto 2017** | Caves Rendeiro

**Quinta da Devesa Touriga Nacional Superior DOC  
Douro Tinto 2017** | Sociedade Agrícola da Quinta  
da Devesa

**Quinta da Rebôtea DOP Dão Branco 2019** | Quinta  
da Rebôtea

**Quinta de Beiredos Super Reserva Espumante DOC  
Verde Branco 2016** | Beiredos

**Quinta de Vale Mourisco Vinho Regional Lisboa  
Branco 2019** | Quinta de Vale Mourisco Sociedade  
Agrícola

**Quinta do Cerrado Reserva DOC Dão Tinto 2017** |  
União Comercial da Beira

**Quinta do Lombo Touriga Nacional Grande Escolha  
Vinho Regional Trás-os-Montes Tinto 2018** | Santa  
Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros

**Quinta Dona Leonor Grande Reserva DOC Douro  
Tinto 2013** | Sociedade Agrícola Quinta D. Leonor

**Quinta dos Penassais Reserva Touriga Nacional  
DOC Dão Tinto 2018** | Quinta dos Penassais

**Serra Brava Cabernet Sauvignon Vinho Regional  
Península de Setúbal Tinto 2017** | Herdade Canal  
Caveira

**Terras de Moncorvo Grande Reserva DOC Douro  
Tinto 2017** | Adega Cooperativa de Moncorvo

**Trifolium Grande Reserva DOC Alentejo Tinto 2017**  
| CARMIM

**Vidigueira Grande Escolha DOC Alentejo Branco  
2020** | Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e  
Alvito

**Vila Jardim Reserva IGP Tejo Branco 2020** | Vale do  
Armo



Para mais informações:

[creditoagricola.pt](http://creditoagricola.pt)



**CA**  
Crédito Agrícola